

# Definir a Saúde

O JORNAL DO BRASIL publica hoje longos excertos do debate que promoveu, em São Paulo, com o Ministério da Saúde em torno do problema cada vez mais agudo da Aids. Participaram do debate o próprio Ministro da Saúde, Roberto Santos, e o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Luciano Mendes de Almeida, que aos aspectos técnicos da questão acrescentou a ótica própria da Igreja.

Ao longo do debate, emergiu de forma cristalina a dura verdade de que o Brasil — não somente no caso da Aids, mas em quase todos os setores onde se trava a batalha da saúde pública — está escandalosamente desaparelhado. Faltam leitos hospitalares, inexiste um efetivo controle de qualidade do sangue no país, não dispomos de uma consciência voltada para a vigilância epidemiológica, retardou-se a pesquisa científica para a descoberta e produção de vacinas contra muitas doenças que ainda afetam em massa o nosso povo, e são ainda deficientes os serviços de distribuição de remédios e alimentos para as camadas mais pobres da população.

O quadro é tristíssimo. Mas, justamente por isso, não se pode imaginar uma postura imobilista, estática. Muito ao contrário, a urgência é obrigatoria, e recomenda mais que nunca a noção de que os serviços de saúde precisam, finalmente, passar à coordenação de

uma fonte integrada, abandonando-se o estágio atual, em que eles estão distribuídos por diversas estruturas administrativas que não raro se superpõem ou exibem até mesmo conflito de programas.

O Ministério da Saúde, que deveria ser o órgão central de coordenação, vive uma penúria clássica de recursos materiais e humanos. Mesmo um ministro com a reconhecida competência e o respaldo político do professor Roberto Santos vê-se a braços com dificuldades imensas para colocar em andamento os diferentes programas de assistência sanitária de sua pasta.

Nada justifica, por exemplo, que as volumosas verbas de assistência médica ainda atribuídas à Previdência Social permaneçam por mais tempo fora do âmbito do Ministério da Saúde. Esta é uma das aberrações da administração pública brasileira que a Nova República ainda não conseguiu eliminar.

A hora que o país está vivendo, com a instalação e funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, é altamente apropriada para que se procure corrigir, na área da saúde pública, o absurdo descaso de décadas em que incorreram os diferentes governos, cegos sobretudo aos interesses e necessidades das camadas mais desassistidas, onde os padrões de higiene e saúde mais deixam a desejar.